

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 410 - Brasília, terça-feira, 25 de fevereiro de 1997

## Missa de sétimo dia por Darcy Ribeiro

A missa de sétimo dia pelo senador Darcy Ribeiro foi celebrada na Catedral de Brasília, ontem, às 18h (foto). Presentes familiares, amigos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o presidente do STF, Sepúlveda Pertence, o vice-presidente da República, Marco Maciel, o governador do DF, Cristovam Buarque, senadores e deputados.



## CPI quer a Receita e o Ministério Público na investigação dos títulos

*Bernardo Cabral e Geraldo Melo relatam ao presidente do Senado o andamento dos trabalhos. Roberto Requião defende a abertura de processos judiciais contra os culpados*

### Projeto de Rocha obriga preso a trabalhar

Projeto apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) determina que os presidiários deverão cumprir jornada diurna e obrigatória de trabalho dentro ou fora do estabelecimento penal, executando-se apenas os condenados de grande e comprovada periculosidade.

O trabalho será remunerado e sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que a remuneração mínima mensal deverá acomodar-se ao salário mínimo ou ao piso da respectiva

categoria profissional. A proposta modifica os arts. 28, 29 e 36 da Lei de Execução Penal e o art. 34 do Código Penal.

Para Sebastião Rocha, a obrigatoriedade do trabalho penitenciário servirá como instrumento hábil para diminuir os riscos de implosão do sistema carcerário do país. Além disso, ele observa que, ao garantir remuneração pelas regras da CLT, o projeto assegura e reconhece direitos sociais e "elimina o caráter de castigo inserido no esquema punitivo".

O projeto estabelece também

que os presos que se encontram em regime semi-aberto ou aberto desenvolverão trabalho externo somente em serviços ou obras realizados por órgão da administração direta ou indireta, asseguradas as devidas cautelas contra fugas.

Sebastião Rocha argumenta ainda que sua proposta concretiza providências prescritas pelos peritos em medicina legal, que consideram a laborterapia "como mecanismo ideal para atenuar e eliminar a manutenção dos desvios de conduta".

A Receita Federal deve rastrear a evasão fiscal praticada pelas corretoras que operavam ilegalmente com títulos emitidos para pagamento de precatórios. O ponto de vista foi defendido pelo presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral, ao final de uma reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para relatar o andamento dos trabalhos da comissão. Participou do encontro também o senador Geraldo Melo, vice-presidente da CPI. Já o senador Roberto Requião, relator da comissão, defendeu uma ação efetiva do Ministério Público na punição dos culpados. **Página 4**

## Plenário estuda hoje solução para o São Francisco

*Projeto pode servir de base para definição de política nacional de recursos hídricos. Pág. 2*

# Na pauta, Comitê para rio São Francisco

Plenário do Senado também vota na semana concessões de rádio, indicações de diplomatas e projetos sobre residência odontológica, salário-educação e seguro-desemprego

## Sessão suspensa em pesar por Romero Guido

Por iniciativa do senador Osmar Dias (PR), o plenário do Senado aprovou a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, na madrugada de ontem, do deputado federal Romero Guido, do PMDB do Paraná, e o envio de condolências à família e ao governo paranaense.

Conforme o requerimento aprovado, a sessão não deliberativa do Senado foi suspensa em homenagem ao deputado. Vereador em Londrina no início da vida pública, Romero Guido foi deputado estadual de 1983 a 1987 e, desde então, deputado federal. Estava no exercício do seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

A pauta do plenário para esta semana prevê a votação de concessões de rádio e da indicação de diplomatas e embaixadores em seis países. Mas o destaque fica por conta de quatro projetos: o que cria o Comitê de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco (Comsfran); o que institui a Residência Odontológica e cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica; o que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação e o que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

De iniciativa da Comissão Especial Temporária do Vale do São Francisco, será apreciado hoje (terça-feira), em turno único, o projeto que dá ao Comsfran, entre outras atribuições, competência para promover estudos e estabelecer diretrizes que compatibilizem os múltiplos usos da água na bacia do rio São Francisco. Conforme o relator Waldeck Ornelas (PFL-BA), "o projeto serve de base para a definição da

política de recursos hídricos a ser adotada para todo o país".

Também hoje, o plenário do Senado discute, em turno único, projeto oriundo da Câmara dos Deputados que institui a Residência Odontológica e cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica, a ser estruturada nos mesmos moldes da Comissão Nacional de Residência Médica. É relator da matéria o senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB.

Amanhã (quarta-feira), será a vez do projeto de iniciativa do senador Waldeck Ornelas que regulamenta o salário-educação. Pela medida, a União, os estados, o Distrito Federal e municípios, além de institui-

ções públicas de ensino de qualquer grau, ficam isentos do recolhimento da contribuição do salário-educação.

Projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que estende o seguro-desemprego ao pequeno produtor rural, será discutido na quinta-feira (dia 27). Segundo a proposição, o benefício, no valor de um salário mínimo, poderá ser concedido por um período máximo de quatro meses. Nesse dia também se apreciará o projeto que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no país, o prazo para requerer o registro provisório e o que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações.

## Líderes partidários apresentam nomes para presidir comissões

Os líderes dos partidos devem encaminhar hoje ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a lista dos seus indicados para a eleição de

presidente e vice das sete comissões do Senado. As comissões, cujos integrantes não serão alterados, se reunirão em seguida para a eleição.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Recebe o presidente da Finlândia, Marti Ahtisaari
- 11h - Recebe o ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo
- 11h30 - Recebe o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann
- 12h - Recebe os membros do Conselho Nacional dos Secretários de Educação
- 14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.
- 17h30 - Recebe o ministro do Planejamento, Antonio Kandir

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 93/95, que altera a Lei nº 8.432/92, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho; \*PLC nº 102/95, que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica; e \*PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quarta-feira (26.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*4 PDLs renovando concessões de rádio em Salvador, Porto Alegre, Indaiatuba (SP) e Ourinhos (SP); \*Substitutivo ao PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação e \*Mensagens nºs 244, 249/96 e 47 e 51/97, submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diploma-

tas Arnaldo Carrilho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil na Tailândia, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Laos; João Carlos de Souza-Gomes para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana, a de embaixador do Brasil junto à Albânia; e Edgard Telles Ribeiro para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

Quinta-feira (27.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional o prazo para requerer registro provisório; \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; \*PLS nº 73/96, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações; e \*PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

### COMISSÕES

Quarta-feira (26.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

**Pauta:** Depoimentos do secretário de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos, Jairo Cândido; do secretário de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, Roberto Sanchez; do secretário da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos; e do ex-secretário municipal de Finanças da prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Júnior. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho



# Terra só para quem é do ramo, propõe Osmar Dias

*Senador pretende convocar sem-terra e governo para discutir este ponto e a questão das propriedades passíveis, por lei, de desapropriação*

O senador Osmar Dias (PR) desafiou ontem os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) a elaborar um cadastro das famílias que tenham, realmente, vocação para a terra. Segundo o senador, mais de 30% das famílias já assentadas pelo governo abandonaram suas novas propriedades e algumas delas até voltaram para a fila do assentamento da reforma agrária.

Osmar Dias sugeriu também que o MST e o governo apontem, em cada estado, as propriedades passíveis de desapropriação, levando-se em conta o que a lei determina como propriedade produtiva.

O senador pretende apresentar um requerimento propondo a



Osmar Dias

convocação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de líderes do MST e de autoridades do governo para a discussão desses dois pontos. "Creio ser este o momento de evitarmos os conflitos que estão ocorrendo, provocados por falsas lideranças", afirmou Osmar Dias, ao condenar a violência registrada no último final de semana no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, onde vários sem-terra foram feridos.

Osmar Dias anunciou que cobrará do governo a definição de uma política de apoio especial às pequenas propriedades, pois, sem ela, "vamos assentar cem, duzentas mil famílias e andar para trás, fazendo a reforma agrária às avessas". Na sua opinião, a reforma agrária deve ser tratada

como um programa de desenvolvimento social, "mas ora descamba, novamente, para o campo político-ideológico".

Em aparte, Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse que é unânime no Congresso Nacional o entendimento de que se deve dar terra a quem dela precisa. No entanto, lembrou, é preciso definir quem são os sem-terra. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a construção de uma sociedade justa passa pelo processo de reforma agrária, dentro da lei e da ordem. Contudo, segundo o senador, essa mesma sociedade que quer a reforma agrária condena a sua realização por aqueles que acreditam que essa reforma possa ser feita por meio de invasões, de violência, de desordem, de cárcere privado, de seqüestro, enfim, dentro da ilegalidade.

## Escórcio quer mais vigilância na Amazônia

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) defendeu a destinação de mais recursos para as Forças Armadas, na



Escórcio

convicção de que o Brasil, para alcançar o patamar dos países do primeiro mundo, precisa possuir defesas "que respaldem essa posição perante as demais nações". Preocupado com a integridade da Amazônia, ele advertiu sobre os perigos da cobiça internacional por essa "região estratégica de alta prioridade para o Brasil".

- Os contingentes militares são em muitos locais da Amazônia a única presença do poder central e da civilização - ressaltou. Segundo o senador, para tarefa tão grande e importante, o percentual de recursos destinados ao Ministério do Exército vem, ao invés de crescer, diminuindo a cada ano, tendo chegado, em 1995, a apenas 0,78% do PIB. Na sua opinião, este percentual é insuficiente para que os militares realizem com eficiência seu papel.

De acordo com Escórcio, um dos mais fortes indicadores da cobiça internacional pela região amazônica é a idéia de criar-se uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente, onde outros países, sob o respaldo da "estranha tese de defesa compartilhada", poderiam intervir em assuntos internos brasileiros.

O senador alertou também para a atuação do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que, conforme disse, considera a Amazônia e seus habitantes como patrimônios da humanidade, não dos países a que pertencem. "Essas manifestações são eloquentes para demonstrar que a cobiça sobre a Amazônia, visando internacionalizá-la, é um fato concreto com o qual devemos nos preocupar", garantiu.

## Gerson Camata homenageia novo bispo de BH

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) prestou homenagem ao novo bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte,



Camata

Décio Zandona, nomeado para o cargo no dia 2 de fevereiro. Natural de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, o religioso, na opinião de Camata, honra a todos os capixabas por seus exemplos de vida.

- Padre Décio é um obstinado missionário que pôs sua vida reta, digna e abençoada a serviço da fraternidade cristã, em favor principalmente dos jovens, representando a confiança e a esperança de um Brasil mais justo e menos desigual - afirmou Camata, lembrando ter sido esse religioso o criador do Sistema Salesiano de Vídeo.

## Lobão destaca retomada de obras da Norte-Sul

O senador Edison Lobão (PFL-MA) informou ontem, em entrevista, que as obras da ferrovia Norte-Sul foram retomadas em Imperatriz, no Maranhão. "É a obra mais importante do Brasil neste momento. Depois que chegar em Brasília, a ferrovia será uma espécie de abraço nacional ferroviário, interligando toda a nação", afirmou.

Para Lobão, essa ferrovia será importante para o desenvolvimento de todo o Brasil, e especialmente para o sul do Maranhão. Segundo ele, quando, dentro de um ano, a Norte-Sul chegar a Estreito (TO), toda a soja produzida naquela região será embarcada para a Europa através de São Luís. Desse



Edison Lobão

modo, a seu ver, o Maranhão, o sul do Piauí e o Tocantins se tornarão a maior área produtora de soja do Brasil.

O senador disse que a Valec, empresa construtora encarregada da obra, está negociando

um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para que a ferrovia chegue até Brasília.

Conforme Lobão, a Comissão Especial de Obras Inacabadas do Senado Federal incluiu a Norte-Sul como uma das prioridades no seu relatório final. Ele lembrou também que a ferrovia está, no Plano de Ações do governo federal, entre as 42 obras que precisam ser concluídas.

# CPI dos Precatórios busca apoio da Receita

*Objetivo é rastrear evasão fiscal praticada pelas corretoras que operavam ilegalmente com títulos públicos. Doleiros podem ser obrigados a depor, segundo Bernardo Cabral*

O presidente e o vice-presidente da CPI que apura irregularidades com títulos públicos, senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Geraldo Melo (PSDB-RN), reuniram-se ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para relatar o andamento dos trabalhos da comissão. Ao final do encontro, Cabral disse que "o presidente do Senado considera irreversível a apuração até agora realizada, desejando que os trabalhos prossigam até o fim".

Conforme Cabral, a CPI pretende trocar idéias com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, a fim de que o poder público possa melhor rastrear a evasão fiscal realizada pelas corretoras que ope-



**Bernardo Cabral**

ravam ilegalmente com títulos emitidos para pagamento de precatórios (ordem judicial para quitação de dívida). O chefe da Coordenação Fiscal da Receita Federal já atua como observador durante as audiências da comissão, mas Bernardo Cabral diz que os senadores querem uma atuação mais efetiva do fisco.

O presidente da CPI também informou que a comissão não chegou a pedir ao Banco Cen-



**Geraldo Melo**

tral que suste provisoriamente todas as operações com títulos realizadas e Geraldo Melo explicou que, mesmo assim, essas negociações estão paralisadas. "Ninguém está tendo coragem de negociar com esses papéis", disse o vice-presidente da CPI, referindo-se ao efeito psicológico das investigações que o Senado realiza.

Ele esclareceu ainda que foi a partir de denúncias de depoentes que o Banco Central in-

terveio em várias corretoras na sexta-feira, tornando indisponíveis os bens de seus proprietários. Isso aconteceu em consequência do depoimento secreto de Ibrahim Borges Filho, dono da IBF Factoring.

Bernardo Cabral informou que, tão logo os nomes venham à tona nas audiências, os doleiros que atuaram junto com essas corretoras serão chamados a depor.

A Polícia Federal e a Receita Federal estão no encalço desses doleiros. Primeiro, temos que saber para que país o dinheiro foi enviado. A qualquer hora, a CPI pode obrigar esses doleiros a vir depor. Nossa preocupação é que os que se locupletaram possam repousar na cadeia - disse ele.

## Requião defende inquiridos no Ministério Público

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), vai encontrar-se hoje com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a fim de discutir uma forma de o Ministério Público agir contra os suspeitos de negociarem irregularmente com precatórios (ordem judicial para quitação de dívida).

- Eu quero conversar com

ele sobre uma maneira de a Procuradoria entrar nesse jogo pesadamente desde já, para que processos comecem a ser instaurados - disse o senador.

Requião pretende pedir à CPI que cada documento, mesmo sujeito a sigilo, possa ser imediatamente encaminhado ao Ministério Público e à Receita Federal. Ele informou ter conversado na manhã de ontem com o secretário da Receita Federal, Everardo



**Roberto Requião**

Maciel, também no propósito de intensificar a ação do fisco contra os implicados na CPI.

- Eu acredito que essa quadrilha não escapa mais - fri-

sou o senador, convencido de que as operações irregulares com títulos públicos envolviam corretoras, doleiros e empresários, reunindo uma máfia que lucrava muito com dinheiro público. Ao comentar a intervenção do Banco Central em 17 dessas instituições financeiras, Requião disse que o BC deu uma satisfação ao mercado e ao povo brasileiro.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flávio Melo

**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>**

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita**

**Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios**

**Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos**

**Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade**

**Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso**

**Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho**

**Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento**

**Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano**

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.